

ABRH / RJ - DIRETORIA DE RESPONSABILIDADE SOCIAL

DOCUMENTO DE REFERÊNCIA

Até chegar ao conceito de que “*Responsabilidade social empresarial é a forma de gestão que se define pela relação ética e transparente da empresa com todos os públicos com os quais ela se relaciona e pelo estabelecimento de metas empresariais compatíveis com o desenvolvimento sustentável da sociedade, preservando recursos ambientais e culturais para as gerações futuras, respeitando a diversidade e promovendo a redução das desigualdades sociais*”, segundo Instituto Ethos, muitas mudanças ocorreram quanto aos papéis do indivíduo e das organizações, públicas e privadas, para a sustentabilidade de uma sociedade saudável.

No Brasil, o movimento de responsabilidade social surgiu tendo como base uma série de iniciativas de movimentos empresariais. No início da década de 60, um grupo de empresários fundou, em São Paulo, a Associação de Dirigentes Cristãos de Empresas (ADCE) que, através dos ensinamentos cristãos, tinha como objetivo estudar as atividades econômicas e sociais do meio empresarial.

Nas décadas seguintes, de 70 e 80, outros movimentos surgiram: a Fundação Instituto de Desenvolvimento Empresarial e Social (FIDES), criada com base no ADCE e de caráter educativo; a criação do Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE) da qual participou o sociólogo Herbert de Souza, o Betinho.

Em 1984, a Nitrofértil publica o 1º Balanço Social.

O IBASE surgiu com a proposta inicial de democratizar a informação, mas acabou indo além e contribuiu para a mobilização da sociedade e das empresas em torno de campanhas como a Ação da Cidadania contra a Miséria e pela Vida, em 1993. Esta campanha recebeu o apoio do Pensamento Nacional das Bases Empresariais (PNBE) e foi o marco da aproximação dos empresários com as questões sociais. Ainda na década de 90, outras iniciativas importantes fortaleceram ainda mais o movimento: Grupo de Institutos Fundações e Empresas (GIFE), fundado em 1995, foi o primeiro instituto a transformar o interesse empresarial em investimento social privado. Em 1997, Betinho lançou um modelo de balanço social e junto com a Gazeta Mercantil criou o selo do Balanço Social com o intuito de estimular as empresas a divulgarem suas ações sociais.

Em meados dos anos 90, surge o projeto de Reforma do Estado Brasileiro. Este projeto diz respeito “*às relações entre o Estado e a Sociedade Civil. Considera o governo que o Estado deve deixar de ser o responsável direto pelo desenvolvimento econômico e social para se tornar o promotor e regulador desse desenvolvimento. Por conta disto, o Estado transfere sua responsabilidade para o setor privado, ou seja, para a Sociedade Civil, que passa a ter a responsabilidade de repensar e prover tais serviços e de encontrar soluções para enfrentar e amenizar os impactos sociais*”. Como estratégia para enfrentar essas seqüelas, oriundas da efetivação da proposta neoliberal, o governo brasileiro vem estabelecendo parcerias entre o Estado e a Sociedade Civil. Como conseqüência, as relações entre o setor público e o empresarial e a sociedade estão cada vez mais fluidas, e as Organizações Não

Governamentais (ONG's) participando efetivamente na gestão e na execução das políticas sociais.

É a partir dessas mudanças que começa a ganhar forma o que seria conhecido como os três setores sociais: o Primeiro Setor, representado pelo Governo e seus recursos e fins públicos; o Segundo Setor, representado pelo setor privado e seus recursos e fins privados e, por último, o Terceiro Setor, representado pelas organizações da sociedade civil, cada vez mais ativas na busca do atendimento das demandas sociais.

O conceito de responsabilidade social empresarial foi lançado no Conselho Empresarial Mundial para o Desenvolvimento Sustentável em 1998, na Holanda: *“responsabilidade social corporativa é o comprometimento permanente dos empresários de adotar um comportamento ético e contribuir para o desenvolvimento econômico, melhorando simultaneamente, a qualidade de vida de seus empregados e de suas famílias, da comunidade local e da sociedade como um todo”*.

A criação, em 1998, do Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social o movimento social ganhou outro perfil, semelhante ao já existente no exterior, baseado na ética, na cidadania, na transparência e na qualidade nas relações da empresa. Para conferir e garantir a prática das atividades empresariais, o Ethos lançou, em junho de 2000, a primeira versão dos Indicadores Ethos de Responsabilidade Social Empresarial; um instrumento de avaliação e planejamento para as empresas que buscam a sustentabilidade de seus negócios.

Com o foco de incentivar a Responsabilidade Social e a divulgação dos Balanços Sociais pelas empresas, uma série de instrumentos de certificação foram criados nos últimos anos. A competitividade cada vez mais acirrada e a exigência por produtos e serviços socialmente corretos, fazem com que muitas empresas se adequem às normas impostas pelas entidades certificadoras. A vantagem em adquirir tais certificações está no fato de terem a sua “boa” prática organizacional assegurada e reconhecida pelo mercado. Além disso, ganham um diferencial competitivo em relação às empresas concorrentes. São exemplos de certificações:

- Selo Balanço Social/Betinho: selo criado em 1998 pelo IBASE. Ele é conferido anualmente a todas as empresas que publicam o balanço social no modelo sugerido pelo IBASE, respeitando a metodologia e os critérios solicitados;

- Selo Empresa Amiga da Criança: selo criado pela Fundação Abrinq. Ele é conferido a empresas que não utilizam mão-de-obra infantil e ajudam na melhoria das condições de vida de crianças e adolescentes;

- ISO 14.000 / NBR 14.001: certificação criada pela International Organization for Standardization (ISO). Essa ISO dá ênfase às ações ambientais realizadas pelas empresas que recebem a certificação;

- AA1000: criada em 1996 pelo Institute of Social and Ethical Accountability, esta certificação de cunho social enfatiza, principalmente, a relação da empresa com seus stakeholders. Tem como característica principal o caráter evolutivo, visto que é uma avaliação anual;

- SA8000: criada em 1997 pelo Council on Economic Priorities Accreditation Agency (CEPAA), a Social Accountability 8000 é considerada uma das normas internacionais mais conhecidas. Ela enfatiza relações

trabalhistas e busca garantir a não existência de ações anti-sociais, como por exemplo: trabalho infantil, trabalho escravo ou discriminação;

- ABNT NBR 16001: Responsabilidade social – Sistema da gestão – Requisitos: é uma norma certificadora que objetiva prover às organizações os elementos de um sistema da gestão da responsabilidade social eficaz, passível de integração com outros requisitos de gestão, de forma a auxiliá-las a alcançar seus objetivos relacionados com os aspectos ambientais, econômicos e sociais;

- ISO 26.000: prevista para ser publicada em 2008, será a terceira geração de normas ISO, mas não será certificadora, como as anteriores. Será uma norma de diretrizes em Responsabilidade Social dirigida para todos os tipos de organização.

Alguns sites de interesse:

www.ibase.org.br

www.balancosocial.com.br

Selo (empresas detentoras em 2007), Balanço Social, Publicações online.

www.ethos.org.br

Indicadores Ethos, Primeiros Passos, Banco de Práticas.

www.rits.org.br

Rede virtual de informações do terceiro setor.

www.riovoluntario.org.br

Lei do voluntário, Capacitação de voluntários, Cadastro de instituições e de voluntários.

www.terceirosetor.adm.br

Artigos e apostilas sobre voluntariado.

www.lixo.com.br

www.recicloteca.org.br

www.compam.com.br

Coleta seletiva e reciclagem.

www.uniethos.org.br

As empresas e as pessoas com deficiências.

www.pnud.org.br

Projetos no Brasil nas áreas de governança, meio ambiente, energia, pobreza e desigualdade.

www.promundo.org.br

Equidade de gênero, violência contra crianças, jovens e mulheres.

Bibliografias sugeridas:

BOFF, Leonardo. *Ética da vida*. Brasília: Letraviva, 2000.

BOFF, Leonardo. *Saber cuidar: ética do humano – compaixão pela terra*. Petrópolis/RJ: Vozes, 1999.

CALDERONI, Sabetai. *Os bilhões perdidos no lixo*. São Paulo: Ed. Humanitas, 1999.

DEJOURS, Christophe. *A banalização da injustiça social*. Trad. De Luiz Alberto Monjardim. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1999.

FERNANDES, Florestan. *Mudanças sociais no Brasil: aspectos do desenvolvimento da sociedade brasileira*. São Paulo; Rio de Janeiro: DIFEL, 1979.

FISCHER, Rosa Maria. *O desafio da colaboração: práticas de responsabilidade social entre empresas e terceiro setor*. São Paulo: Editora Gente, 2002.

GOLDBERG, Ruth. *Como as empresas podem implementar programas de voluntariado*. São Paulo: Instituto Ethos, 2001.

KROETZ, Cesar Eduardo Stevens. *Balanço social: teoria e prática*. São Paulo: Atlas, 2000.

PRINGLE, Hámish; THOMPSON, Marjorie. *Marketing social: marketing para causas sociais e a construção das marcas*. Trad. De Maria Lúcia G. Rosa. São Paulo: Makron Books, 2000.

SHARP, Anna. *A empresa na era do ser*. Rio de Janeiro: Rocco, 2000.

Vários autores. Coordenação Marta Gil. *O que as empresas podem fazer pela inclusão de pessoas com deficiência*. São Paulo: Instituto Ethos, 2002.